



Capítulo 2

As bibliotecas na Antiguidade e na Idade Média

Por paradoxal que pareça, as bibliotecas são anteriores aos livros e até aos manuscritos: isso justifica que reservemos às da Antiguidade e da Idade Média um dos capítulos preliminares da nossa primeira parte, da mesma forma por que consagraremos às bibliotecas modernas alguns dos capítulos finais da segunda parte. Por quê? É que as bibliotecas medievais são, na realidade, simples prolongamentos das bibliotecas antigas, tanto na composição, quanto na organização, na natureza, no funcionamento: não se trata de dois “tipos” de biblioteca, mas de um mesmo tipo que sofreu modificações insignificantes decorrentes de pequenas divergências de organização social. Mais diferença existe, materialmente, na própria Antiguidade, entre as bibliotecas “minerais”, compostas de tabletas de argila, e as bibliotecas “vegetais” e “animais”, constituídas de rolos de papiro ou de pergaminho, do que entre estas últimas e os grandes depósitos de *volumen* da Idade Média; e, se variou, das mais remotas para as posteriores, a matéria de que os “livros” eram feitos, não variaram em nada o “funcionamento”, a natureza e as finalidades. Até à Renascença, as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: são organismos mais ou menos sagrados, ou, pelo menos, religiosos, a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa “ordem”, de um “corpo” igualmente religioso ou sagrado. Nesse particular, as sandálias macias do monge medieval repetiam, no caso das abóbadas, o mesmo som ancestral dos sacerdotes sumerianos da biblioteca de Assurbanipal. O livro, a palavra escrita, eram o místico, o elemento carregado de poderes maléficos para os não-iniciados: cumpria manuseá-los com os conhecimentos exorcismatórios indispensáveis. A noção do “livro secreto”, do *Index* católico, é uma simples reminiscência, mas já agora de todo ineficaz, desse estado de espírito, dessas eras milenárias em que o escrito ainda provinha dos demônios, e nisso são perfeitamente semelhantes às medidas antissépticas dos primitivos, a que fizemos alusão anteriormente, perante a palavra visual. A biblioteca foi assim, desde os seus primeiros dias até aos fins da Idade Média, o que o seu nome indica etimologicamente, isto é, um depósito de livros, e mais o lugar onde se esconde o livro do que o lugar de onde se procura fazê-lo circular ou perpetuá-lo. A própria dis-

posição arquitetônica dos edifícios demonstra-o melhor do que qualquer outro índice: na grande biblioteca de Nínive, o depósito de livros não tem saída para o exterior — a sua única porta parece dar, ao contrário, para o interior do edifício, para o lugar onde viviam ou onde permaneciam os grandes sacerdotes. Da mesma forma, as bibliotecas medievais se situam no interior dos conventos, lugares dificilmente acessíveis ao profano, ao leitor comum. De resto, essa noção, mesmo, de “leitor” é uma noção moderna: da Antiguidade à Idade Média é uma figura que não existe materialmente, a do leitor, tal como a concebemos hoje em dia. Os progressos da instrução foram lentos, mesmo entre as classes nobres, e todos sabem não terem sido numerosos os grandes senhores medievais capazes de ler e de escrever. Com relação ao que hoje chamaríamos *povo*, a questão não chegava nem a se colocar: faltavam-lhe os meios, faltava-lhe o tempo para a leitura. Isso explica o paradoxo de ter sido *oral* a própria literatura da Idade Média:

nenhum leigo sabe sequer escrever o próprio nome. [...] Os próprios padres são iletrados: subsistem apenas algumas escolas episcopais, a de Chartres e a de Reims entre as mais famosas. Nesta última ensina Gerberto, o futuro papa do ano mil, que receberá o nome de Silvestre II. O pouco de ciência que ele possui é suficiente para que o acusem de feitiçaria. Os seculares não tinham acesso às escolas monásticas. De resto, a acreditar no testemunho do padre Odon de Cluny, os estudos profanos só mereciam desprezo. A teologia é igualmente ignorada, substituída pelo estudo do direito canônico, meio de que os clérigos se serviam para se opor à invasão do direito feudal...

Esse quadro, traçado por Jean Deniau na grande *Histoire de la société française*, de Louis Halphen e Roger Doucet, vale, sem dúvida, para a Idade Média feudal e poderá ser amenizado nos séculos posteriores, até à Renascença. Mas, a verdade é que o “clérigo” foi, durante milênios, não somente o homem que pertencia à classe sacerdotal mas também o letrado, o homem que sabia ler e escrever: do ponto de vista intelectual, a humanidade se dividiu, por séculos e séculos, entre “clérigos” e “laicos”, entre iniciados à palavra escrita e os não-iniciados. Ainda hoje, o “leigo” num determinado assunto é o que não o conhece, é o ignorante: a sinonímia entre a falta de conhecimentos e a falta de iniciação é evidente. Isso era tanto mais exato, com relação ao longo período histórico de que nos ocupamos, que o sacerdote, monopolizador de fato e de direito de toda a língua escrita, era, ao mesmo tempo, o monopolizador de todos os conhecimentos, religiosos, literários, científicos.



Interior de uma biblioteca da Idade Média. (Do livro de Svend Dahl, *História da Arte*.)

A ciência empregou séculos para se distinguir da magia, do sobrenatural, e enquanto o astrônomo foi o mágico, enquanto o médico foi o feiticeiro, enquanto o químico foi o alquimista, nada mais natural que o "texto" fosse igualmente o Texto, o Livro, como ainda em nossos dias na língua inglesa, quando se fala absolutamente *The Book*, todos compreendem *A Biblia*. Além disso, a própria literatura não tinha, na verdade, um sentido profano: mágicos ou não, é notável o caráter utilitário da maior parte dos livros antigos e medievais. Ou utilitários ou impregnados de sobrenatural, inclusive numa literatura que nos parece tão profana quanto a grega, ou a romana de certos períodos.

Mas, esta última categoria só nos parece numericamente importante porque perdemos os nomes, ou os ignoramos, de todos os livros cabalísticos, de todos os tratados de astrologia e de astronomia, de todos os receituários de alquimia, de todos os compêndios de matemática, de todos os itinerários, de todas as relações de viagens, de todos os livros de medicina, de todos os herbários, de todos os calendários, de todos os roteiros de navegação, de todos os tratados de agricultura, de todas as legislações, de todos os livros litúrgicos. Em contrapartida, o medievalista Henri Pirenne observou que o material empregado na escrita provocou conseqüências inesperadas: muito foi preservado quando se escrevia pouco, e pouco se preserva quando muito se escreve.

Assim sendo, pode-se dizer, em conjunto, com Charles Samaran¹, que os antigos povos do Oriente, por exemplo os assírios e os egípcios, parecem ter conhecido apenas as bibliotecas religiosas, e a sua noção de biblioteca se confundia com a de arquivos; não se tratava de bibliotecas em que um público, mesmo restrito, fosse admitido à consulta; os livros eram reservados a oficiantes ou comentadores quase funcionários. Com os gregos, uma evolução se produziu. A biblioteca de Pérgamo, a de Alexandria, foram, sem dúvida, ao mesmo tempo, conservadoras de textos profanos e órgãos difusores do pensamento, sem que saibamos claramente se eram reservadas somente aos eruditos ou a um público mais largo. Eram, em todo caso, instituições oficiais, e o seu orçamento dependia das finanças públicas ou da lista particular do soberano.

Tendo, pois, aparecido antes do livro e do manuscrito, a biblioteca exige um estudo anterior ao do livro propriamente dito e de seus ancestrais, os rolos de papiro e de pergaminho. A sua colocação no início da primeira parte de um estudo que trata do "livro manuscrito" e do "livro impresso", impunha-se, de toda evidência, pela própria natureza histórica do problema.

Já a biblioteca moderna representa uma revolução total com relação ao mesmo organismo nas épocas anteriores à Renascença. Ela resulta do livro tipográfico e de todos os complexos problemas que provocou: o seu estudo só estará bem situado no fim da segunda parte.

Entre as bibliotecas da alta Antiguidade, as mais consideráveis e mais importantes foram, sem dúvida, as do Egito. Diodoro de Sicília conta que Osimândias, sucessor de Proteu e contemporâneo de Priamo, rei de Tróia, fundou a primeira biblioteca em Tebas, no Egito. Na sua entrada lia-se uma poética inscrição, mandada fazer pelo príncipe: *O Tesouro dos Remédios da Alma*. Em Mênfis, no templo de Vulcano, existia, igualmente, uma biblioteca importante e relacionada com um episódio singular na história da literatura: segundo Náucrates, Homero teria furtado dessa biblioteca os manuscritos da *Iliada* e da *Odisséia*, que "publicou" em seguida como obra sua. O que serviria ao menos para provar que Homero realmente existiu.

As grandes bibliotecas da Antiguidade

Entretanto, a mais famosa de todas as bibliotecas egípcias, e com certeza a mais famosa de toda a Antiguidade, foi a de Alexandria, em que se diz terem existido mais de setecentos mil volumes. A esse

¹Em *La civilisation écrite*, v. XVIII da *Encyclopédie Française*, 18*46-4.

propósito é bom lembrar a observação de Paul Dupont, segundo a qual "os volumes manuscritos dos antigos nem de longe se podem comparar aos livros impressos. Chamam-se 'volumes', com freqüência, às divisões de uma mesma obra: assim, o poema da *Iliada*, em 24 cantos ou livros, formava 24 volumes. As bibliotecas mais renomadas da Antiguidade pelo número de livros que continham não podem, por consequência, comparar-se às bibliotecas modernas"². Ptolomeu Soter, morto 283 anos a.C., fundou-a durante o seu reinado, e seu filho, Ptolomeu Filadelfo, ampliou-a, procedimento que foi imitado por seus sucessores. A biblioteca de Alexandria era dividida em duas partes: quatrocentos mil volumes foram depositados num bairro da cidade chamado Bruchium; as novas aquisições, que subiram, como ficou dito, a trezentos outros mil volumes, formaram uma biblioteca suplementar, num outro bairro, chamado Serápio. A biblioteca de Alexandria é igualmente célebre pelo número dos seus incêndios históricos, o terceiro dos quais definitivo. No momento da entrada de César em Alexandria, o edifício de Bruchium foi incendiado, sobrando, apenas, os da nova biblioteca, enriquecida, em compensação, com os livros de Pérgamo, saqueados por Antônio e doados a Cleópatra. Mas em 642 os muçulmanos de Omar não hesitaram em destruí-la, desta vez por motivos religiosos, responsáveis por tantas incinerações semelhantes.

A biblioteca de Alexandria ostentava a singularidade de possuir manuscritos únicos de grande número de obras da Antiguidade que com ela desapareceram. Com efeito, os Ptolomeus favoreceram a cultura do papiro e mantinham um exército de copistas, empregados, às vezes, em tarefas inesperadas. Assim é que Ptolomeu Evérgeta tomou emprestadas dos atenienses as obras de Ésquilo, de Sófocles e de Eurípedes, devolvendo-lhes... as cópias que tinha mandado fazer: os originais ficaram em Alexandria, à espera do incêndio de Omar. É ainda nessa biblioteca que se realizou uma tradução histórica: a dos livros sagrados dos hebreus, que setenta sábios passaram para o grego e que recebeu, por isso, o nome de "versão dos Setenta". Haveria qualificação essa tradução de "um dos maiores acontecimentos históricos, porque ela permitiu a propagação do judaísmo entre os gentios e o estabelecimento do cristianismo".

²Op. cit., v. II, p. 179-80. Observação semelhante é feita por Charles Samaran (loc. cit.): "Se conhecêssemos os catálogos (das bibliotecas romanas) ficaríamos surpreendidos com o pequeno número de obras que continham: o sistema de volumes era ultravancador; Tito Lívio sozinho, já se dizia na Antiguidade, copiado em rolos, enchia diversas salas".

A título de curiosidade, registremos que Albert Cim desmente a tradição segundo a qual a biblioteca de Alexandria teria sido incendiada por ordem de Omar. Parece tratar-se, no caso, de uma amabilidade inventada por cristãos contra os muçulmanos, para lhes atribuir a responsabilidade de um crime por eles mesmos cometido. Com efeito, depois de confirmar o primeiro incêndio, este acidental, por ocasião da entrada de César em Alexandria, no ano 47 a.C., Albert Cim afirma que a seção de Serápio "foi destruída pelo bispo Teófilo, quatrocentos anos depois, por força de um édito de Teodósio que ordenava a supressão de todos os templos pagãos". Assim sendo, quando os árabes tomaram Alexandria, em 640, de há muito havia desaparecido a mais célebre de todas as bibliotecas da Antiguidade.

A biblioteca de Pérgamo, que chegou também a gozar de grande reputação e a conter cerca de duzentos mil volumes, desapareceu junto com a de Alexandria, graças à doação de Antônio acima referida. Seus fundadores, Átala e seu filho Eumênio, encontram-se igualmente, segundo a tradição, na fonte da invenção do pergaminho, conforme vimos anteriormente.

Havia bibliotecas judaicas em cada sinagoga, além da que continha os grandes livros sagrados. A de Gaza, em particular, possuía livros com caracteres semelhantes aos egípcios, de tal maneira que se supõem originários da biblioteca de Alexandria.

Juntamente com as do Egito, as bibliotecas da Mesopotâmia, pelo que puderam revelar de um sistema social próprio desaparecido há milênios, alcançaram uma importância inestimável. A de Nínive, descoberta por Layard, em 1854, no palácio do rei Assurbanipal, é a mais conhecida. Suas tabletas de argila continham "obras religiosas e de magia, históricas e de astrologia, catálogos de plantas e de animais, mapas e estipulações de toda espécie", hoje recolhidas ao Museu Britânico³. Um enviado do rei da Armênia, pesquisando no II século a.C. na biblioteca de Nínive, encontrou manuscritos de seu país, pilhados por Alexandre no momento das suas grandes conquistas. Bibliotecas menores existiram em Susa, Ardevil e Cesaréia.

Na Grécia, a primeira biblioteca foi estabelecida por Pisistrato (560-527 a.C.), a qual, pela informação de Albert Cim, tinha o caráter de biblioteca pública e pretendia reunir as obras de Homero e outros rapsodos para realizar o que hoje chamaríamos uma primeira edição. É Aulo Gélio quem nos transmite essa tradição, nas suas *Noites áticas*:

³O. Weise, op. cit., p. 133.

Diz-se que o tirano Pisistrato, tendo reunido um grande número de escritos literários e científicos, fundou em Atenas a primeira biblioteca pública. Os atenienses se empregaram com zelo para enriquecer essa coleção e a aumentaram consideravelmente. Mas, quando a cidade foi tomada por Xerxes, que a incendiou, todos os livros foram pilhados e transportados para a Pérsia. Muitos anos depois o rei Seleuco Nicator os devolveu aos atenienses...⁴.

O mutismo da maior parte dos historiadores com relação às bibliotecas gregas parece devido ao fato de que elas pertenceram, em sua maior parte, a particulares, sem falar no fato da transferência de volumes para Alexandria, em quantidades que ignoramos. Eurípedes, Aristóteles e Teofrasto são citados como possuidores de boas bibliotecas. O caráter sobretudo oral da literatura grega — peripatética e teatral por excelência, literatura de ginásio, mais para ser ouvida da boca dos próprios autores, sob o azul do céu e o ouro do sol, do que para ser lida em gabinetes fechados e frios, literatura do diálogo e não do monólogo, da discussão e não da meditação, que amava mais o entrechoque das idéias do que o virtuosismo da idéia, literatura de poetas olímpicos, cantores de estádio, e de oradores políticos, mestres da ágora — poderá, talvez, explicar essa inexistência de bibliotecas que, à primeira vista, nos parece absurda. E que absurda pareceu a H. A. Innis quando se referiu ao “desinteresse” de Platão e Aristóteles pelas bibliotecas. Não havia razão para que os gregos amassem e, por conseqüência, guardassem os seus próprios livros: Sócrates é um símbolo, que, como tantos outros, nada escreveu. Desprezando profundamente os “bárbaros”, não havia igualmente razão para que amassem e, por conseqüência, procurassem guardar os livros estrangeiros. Assim, o povo letrado por excelência na Antiguidade, a pátria das letras e das artes, não possuía bibliotecas.

Para completar o paradoxo, é um povo militar e guerreiro, comerciante e prático, imediatista e político, que só admitia a palavra, escrita ou oral, como instrumento da ação, que vai, no mundo ocidental, possuir as melhores bibliotecas e, em particular, as primeiras bibliotecas públicas. Nisto, aliás, neste último traço, está gravado o caráter de um povo, voltado para a conquista do mundo e capaz de imediatamente perceber a utilidade de todas as armas: com os romanos, o livro passa da categoria sagrada para a categoria profana, deixa de ser intocável para ser condutor, e, posto ao alcance de todos, é o veículo por excelência das idéias, dos projetos e dos empreendimentos.

⁴Alber Cim, op. cit., v. 1, p. 3 e 26.

Havia nisso, aliás, um motivo de rivalidade. No já citado *Empire and communication*, H. A. Innis refere-se aos projetos do império romano de aumentar o próprio prestígio estabelecendo bibliotecas que contrabalançassem a de Alexandria:

Bibliotecas foram associadas aos templos como magníficos edifícios públicos, acessíveis e seguros. Augusto construiu duas delas, inclusive a Palatina, cujos livros foram divididos em duas seções (grega e latina). Tibério, Vespasiano, Trajano e Adriano continuaram a prática imperial. Pelo século IV, Roma possuía pelo menos 28 bibliotecas, com cerca de 20 000 rolos cada uma, divididos pelas mesmas duas seções. Bibliotecas municipais espalharam-se pelo império, enquanto as particulares passaram a ser vistas como sinais de consumo conspícuo.

Não deixa de ser significativo o fato de ter sido Júlio César, o homem de ação por excelência, quem primeiro tivesse tido a idéia de instalar uma biblioteca pública. Não foi um filósofo idealista, repleto do sonho de difundir os conhecimentos; não foi um professor, imbuído do desejo de criar uma clientela. Foi o general, o general do império, o general "da Província"; foi o conquistador, mas o conquistador que sabia escrever a sua conquista. Ora, para o homem que achava útil escrever era indispensável que existissem leitores; para o homem que procurava o apoio popular contra as oligarquias, era interessante que esses leitores fossem o povo. O assassinato impediu a realização do projeto, mas nem por isso a idéia morreu: é, ainda uma vez, um homem de ação, o orador Asínio Pólio, que realiza a idéia de César, no ano 39 já da nossa era, estabelecendo simbolicamente a primeira biblioteca pública no átrio do templo romano da Liberdade. Ela compreendia apenas as duas já mencionadas seções. Augusto estabeleceu outra biblioteca pública junto ao templo de Apolo, e Vespasiano criou uma terceira nas vizinhanças do templo da Paz.

A mais célebre de todas as bibliotecas foi a Ulpiana, fundada por Trajano, e que com a Palatina constituía as duas mais importantes das 28 bibliotecas públicas que Roma possuía no IV século. Essas bibliotecas já tinham organizado e em funcionamento o serviço de empréstimo. Entretanto, a *Grande enciclopédia* (eit. por Albert Cim) estima que "a primeira biblioteca verdadeiramente pública que a Europa conheceu foi a Ambrosiana, de Milão, fundada pelo cardeal Borromeu (1608)", prioridade que é, entretanto, atribuída por Charles Samaran, na *Encyclopédie Française*, à Biblioteca Marciana, de Florença, criada por Cosme de Médicis (1389-1464), que seria a primeira realização da "biblioteca laica, pública e metódica", sonhada por Petrarca. Isso é con-

firmado — pelo menos no que concerne às bibliotecas “públicas” de Roma — pelo testemunho irônico de Ovídio nos *Tristes*: “Meu guia me conduziu, através de degraus magníficos, ao templo de mármore branco consagrado ao deus cuja cabeleira está sempre intacta [Apolo]... Ai, todas as criações dos gênios antigos e modernos são postas à disposição dos leitores... O guarda desses lugares sagrados expulsou-me. Dirijome para um outro templo, situado perto de um teatro vizinho; também me proibiram a entrada. Desse primeiro asilo das belas-letras, a Liberdade, que aí pontifica, não me permitiu atravessar o vestibulo...”.

Autores existem, entretanto, que, contrariando a opinião da *Grande enciclopédia*, e de Ch. Samaran, afirmam ser a Vaticana a mais antiga das bibliotecas públicas da Europa. Fundada pelo papa Nicolau V, por volta de 1450 (o próprio papa deveria falecer em 1455), ela se compunha inicialmente apenas de manuscritos; o livro tipográfico foi entretanto admitido nas coleções desde a sua introdução em Roma, isto é, segundo Paul Dupont, em 1465.

Isso, entretanto, nos está levando a um salto vertiginoso no tempo; fiquemos na Antiguidade para lançar um último olhar sobre a sua organização. Sobre a disposição das bibliotecas antigas, sua ordem e arrumação dos volumes não podemos senão formar

conjeturas, apoiadas em algumas citações isoladas e muito incompletas. Sabe-se que as bibliotecas eram divididas por armários e que esses armários eram numerados, porque Vopisco diz: “Vê-se no sexto armário da biblioteca Ulpiana *librum elephantinum...*”. O pequeno quarto onde se descobriram os 1 700 rolos de Herculano estava rodeado de armários com a altura de cinco pés e meio. Boécio, na *Consolação*, nos informa também que esses armários eram ornamentados de marfim, isto é, sem dúvida, que as suas estantes estavam incrustadas de pequenos baixos-relevos e arabescos cinzelados em marfim... Tais armários eram, ainda, fechados por vidros, ao tempo de Boécio (executado em 526), de maneira que os compartimentos destinados no interior a guardar os rolos, *foruli, capsae*, podiam ser vistos do lado de fora. Colocavam-se os rolos de maneira que ocupassem o menor espaço possível, ou seja, arrumavam-se os tubos³ uns ao lado dos outros, como os modernos comerciantes de papel de parede arrumam a sua mercadoria. Mas tomava-se o cuidado de deixar visível o *umbilicus* com a sua saliência. O fundo das estantes podia alcançar quinze polegadas. Não se amontoavam os rolos uns sobre os outros, sem divisões, porque teria sido difícil retirar eventualmente o que estivesse coloca-

³—A fim de evitar qualquer confusão, ensina Rouveyre, “cada obra composta de diversas partes: tomos, livros, volumes, diríamos hoje, era fechada em um tubo, uma *capsa*, cada tomo sendo escrito num pergaminho separado e formando, por consequência, um rolo diferente” (op. cit., v. I, p. 81).

do na parte inferior do armário e que suportava o peso dos demais. A parte superior do armário era às vezes ornamentada com o busto do escritor ou duma divindade que presidisse às letras e às ciências...⁶



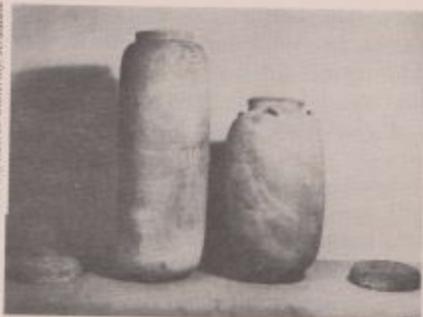
Biblioteca romana: os rolos são deixados nas estantes, com etiquetas visíveis que indicam os seus títulos. (Do livro de Svend Dahl, *História do livro*.)

livros menores, com a folha dobrada, da mesma forma por que aparecem as primeiras margens. Essas datas todas já nos colocam em plena Idade Média, onde entramos insensivelmente: ainda por aí se vê que as bibliotecas medievais, como dissemos, não passam de prolongamentos das bibliotecas antigas.

Célebres quanto tenham sido os manuscritos da Antiguidade, nenhum o foi tanto quanto os “rolos do Mar Morto”, tardiamente e por acaso descobertos em 1947, não numa biblioteca, mas em cavernas inacessíveis das montanhas bíblicas. Mais célebres ainda se tornaram — além de sua significação como documento histórico — por um aspecto que aqui não nos interessa: as polêmicas que lhes rodearam os trabalhos de edição. Existe sobre isso toda uma biblioteca, representada no Brasil pela tradução, igualmente tardia (1994), do livro de Edmund Wilson (*Os manuscritos do Mar Morto*), aparecido em 1955, no auge do interesse que despertaram entre os especialistas.

⁶Peignot, cit. por Albert Cim. Para todo este capítulo, cf. principalmente Paul Dupont, Albert Cim, O. Weise, E. Egger, nas obras já citadas, bem como *La civilisation écrite*.

Courtesy Hebrew University, Jerusalem



Rolos do Mar Morto.
Vaso retirado das
cavernas. (Menahem
Mansoor, ed., *The book
and the spade*, 1964.)

Courtesy Rubin Art Gallery



Rolos do Mar Morto.
Vaso restaurado
encontrado na
caverna de Aq Fashifa.
(Menahem Mansoor,
ed., *The book and the
spade*, 1964.)

Courtesy Hebrew University, Jerusalem



Rolos do Mar Morto.
Manuscrito do Livro de
Isaias. (Menahem
Mansoor, ed., *The book
and the spade*, 1964.)

Livro do Gênesis, apócrifo, pertencente
a Israel. (Menahem Mansoor, ed.,
The book and the spade, 1964.)



Courtesy Hebrew University, Jerusalem

Courtesy Hebrew University, Jerusalem



Rolos do Mar
Morto. Primeira
página do rolo de
Ação de Graças.
(Menahem
Mansoor, ed., *The
book and the
spade*, 1964.)

O segredo que até então envolvia a leitura e decifração dos fragmentos terminou abruptamente em 1991, quando a Huntington Library, de San Marino (Califórnia), pôs à disposição dos interessados a coleção completa; no mesmo ano, todos os fragmentos foram publicados pela Biblical Archaeological Society, em edição de Robert Eisenman e James Robinson.

Envoltos em linho e enrolados em fardos de couro, guardados, por sua vez, em vasos de argila, pensa-se que os 40 mil fragmentos até agora descobertos tenham sido escritos entre 200 a.C. e 100 da nossa era. Muitos repetem literalmente os textos bíblicos, ao lado de doze fragmentos dos *Salmos*, outros do *Livro de Daniel* e numerosos comentários bíblicos.